

FLUXOS MIGRATÓRIOS, ECUMENISMO E MISSIONARIEDADE

Elias Wolff*

A mobilidade humana tem implicações não apenas para as sociedades, mas também para as igrejas e as religiões. Com o migrante, migram também igrejas e religiões. Daqui emerge a exigência do diálogo ecumênico e inter-religioso na pastoral migratória, como uma dimensão ao de toda ação pastoral da igreja. Verifica-se, assim, a necessidade da formação ecumênica para os agentes da pastoral migratória, bem como os horizontes do diálogo nesta pastoral. A complexidade do fenômeno migratório exige a cooperação ecumênica no serviço aos migrantes, uma vez que nenhuma igreja ou religião podem, sozinhas, resolver os problemas que ali se manifestam. Enfim, constata-se que o projeto do migrante é, em si mesmo, um projeto ecumênico, alargando as fronteiras sócio-culturais e religiosas, e sublinhando a necessidade de tolerância, diálogo, convivência e cooperação entre povos, culturas, igrejas e religiões.

Palavras-chave: Mobilidade Humana, Sociedade, Igrejas, Religiões, Diálogo, Ecumenismo, Missão.

The human mobility has implications, not only for societies, but also for churches and religions. With the migrant, churches and religions migrate, too. From this fact, the demand for an ecumenical and inter-religious dialogue emerges in the migrants' pastoral care, as a dimension of every pastoral action of the Church. Therefore, the need of ecumenical capacity building of agents from the migrants' pastoral care is sensed. The complexity of the migratory phenomenon claims for ecumenical cooperation to attend migrants, since no Church or Religion can alone solve the manifested problems risen from it. Finally, it is confirmed that the migrant's project is, in itself, an ecumenical project, broadening the socio-cultural and religious boundaries and outlining the necessity of tolerance, dialogue, acquaintanceship and cooperation among people, cultures, churches and religions.

Keywords: Human Mobility, Society, Churches, Religions, Dialogue, Ecumenism, Mission.

* O autor é presbítero da diocese de Lages, SC. Fez o mestrado em Filosofia e o doutorado em Teologia na Europa. É professor de teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina e de Filosofia na Fundação Educacional de Brusque (SC). Dedicando-se à pesquisa na área do ecumenismo, é autor de várias obras, entre as quais: *O Ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2000; *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*, São Paulo: Paulus, 2002; *Ministros do Diálogo*, São Paulo: Paulus, 2004; *A Unidade da Igreja – Ensaio de Eclesiologia Ecumênica*, São Paulo: Paulus, 2007.

Introdução

O fenômeno da mobilidade humana pode ser abordado a partir de muitas perspectivas, numa confluência de saberes da antropologia, da sociologia, da economia, da política, da teologia, entre outros. Propomos aqui estabelecer uma relação desse fenômeno com um outro elemento que pode soar inaudito para muitos, o *ecumenismo*. Somos do parecer que questões da mobilidade humana estão intrinsecamente vinculadas às questões ecumênicas, senão em suas causas pelo menos em suas manifestações, exigências e conseqüências. O que sustenta essa afirmação é um dado da realidade: a maioria absoluta das pessoas que migram possuem um credo, uma espiritualidade, pertence a uma comunidade de fé. Com elas migram também suas tradições religiosas. E da pluralidade das tradições que configuram o universo simbólico-religioso do migrante emergem o desafio e a necessidade de se desenvolver uma compreensão da realidade migratória que explicita a sua ecumenicidade e, como conseqüência, mostre as implicações ecumênicas do trabalho realizado junto aos migrantes.

1 O diálogo ecumênico e inter-religioso entre a mobilidade humana e a fé

É lugar comum a afirmação de que as sociedades são formadas no vai-vem de indivíduos e grupos. Assim foi com o processo de formação dos povos dos diversos continentes. Como conseqüência, temos que a natureza e a organização da sociedade é eminentemente plural. Uma diversidade de etnias, povos, culturas, religiões que se entrecruzam pelos fluxos migratórios formam o tecido social das nações.¹ A confluência desses elementos determina o *modus essendi* de um povo, seu *ethos*, sua cultura, sua política, sua economia. Constitui a identidade e a cidadania individual e coletiva.

¹ “Os migrantes representam hoje cerca de 3% da população mundial – 185-200 milhões, e segundo os estudos da Divisão da População das Nações Unidas, 49% são mulheres” (*II Foro Social Mundial de las Migraciones*. Madrid, 22 de junio 2006. PIZARRO, Gabriela Rodríguez. “Estado de las migraciones en el mundo”. Disponível em : <http://www.csem.org.br/docs/Gabriela%20RodriguezI%FORO%MUNDIAL.doc>. Acesso em: 07/03/2007).

“Estimativas do World Economic and Social Survey 2004 mostram que 175 milhões de pessoas vivem fora do país em que nasceram. Isso significa que uma em cada 35 pessoas é migrante, o que corresponde a 2,9% da população mundial. A intensidade do fenômeno se expressa considerando que em 1910, o número de emigrantes era de 33 milhões, ou seja, 2,1% da população planetária” (MARINUCCI, Roberto e MILESI, Rosita. “Migrações Internacionais Contemporâneas”. Disponível em: http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm. Acesso em: 10/10/2006). “Com relação à América Latina, dados da CEPAL contidos no Panorama Social de América Latina 2004, mostram que a maioria da população migrante presente na região é oriunda da própria América Latina (58,7%), totalizando 2.700.000 pessoas” (MARINUCCI, Roberto e MILESI, Rosita. “Migrações Internacionais Contemporâneas”. Disponível em: http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm. Acessado em: 10/10/2006).

Com as migrações, acontece também a mobilidade e difusão do pluralismo religioso e eclesial, reconfigurando a situação religiosa dos povos.² A Igreja católica reconhece os desafios oriundos desse fato, como tendências ao relativismo, ao indiferentismo e sincretismo religioso. Mas reconhece também os aspectos positivos que as migrações apresentam, como possibilidades para encontro, partilha e enriquecimento da experiência de fé. Para os cristãos, é uma possibilidade ecumênica privilegiada: “É evidente, pois, que as comunidades culturais mistas oferecem oportunidades únicas para aprofundar o dom da unidade com as outras Igrejas cristãs e comunidades eclesiais”.³ Ao mesmo tempo, amplia a compreensão da Igreja: “O encontro com tantos migrantes e prófugos, fez crescer em nós uma nova consciência da universalidade da nossa Igreja e da nossa catolicidade”.⁴

Na antiguidade, a migração das tribos funcionava como veículo de expansão religiosa. E sempre que houve colonização de povos, houve também colonização espiritual, como se constata no século XVI, quando o cristianismo chegou na América Latina junto com os colonizadores europeus. Na atualidade, agora sem traço colonizador, o cristianismo se esforça para penetrar na Ásia e no Oriente. E as tradições religiosas do Oriente, por sua vez, intensificam a presença no Ocidente – contribuindo para a chamada “orientalização” deste.⁵ Nas Américas, são os países predominantemente católicos – América Latina e Caribe – que possuem o maior contingente de emigrantes, a maior parte destes dirigindo-se para os Estados Unidos.⁶ Esse fato muda a concepção de que os credos se identificam com uma região geográfica.

Como conseqüência, vemos que as migrações, como fenômeno difuso no mundo moderno, apresentam desafios tanto para a organização

² A Igreja constata: “Encontramo-nos hoje diante de uma situação religiosa bastante diversificada e mutável: os povos estão em movimento; certas realidades sociais e religiosas, que, tempos atrás, eram claras e definidas, hoje evoluem em situações complexas. Basta pensar em fenômenos tais como o urbanismo, as migrações em massa, a movimentação de refugiados, a descristianização de países com antiga tradição cristã, a influência crescente do Evangelho e dos seus valores em países de elevada maioria não cristã, o pulular de messianismos e de seitas religiosas” (JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*, n. 32, 1990).

³ Mensagem do Papa João Paulo II, para a 89ª *Jornada Mundial do Migrante e do Refugiado*, em 2003.

⁴ KASPER, Walter. “Ripartire da Cristo. Orientamenti ecumenici per la Pastorale dei Migrante e dei Profughi”, Introdução (Discurso proferido no V Congresso Mundial da Pastoral para os Migrantes e os Refugiados. Roma, 17-22 de novembro de 2003).

⁵ Estima-se que em 2020, a Europa terá cerca de 20 milhões de muçulmanos.

⁶ Hipotetiza-se que essa migração trará conseqüências tanto religiosas quanto culturais: “calcula-se, por exemplo, que em 2050, 53% dos católicos estadunidenses serão latinos, o que poderá acarretar significativas mudanças no rosto do catolicismo do país” (MARINUCCI, Roberto e MILESI, Rosita. “Migrações Internacionais Contemporâneas”. Disponível em: http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm. Acesso em: 10/10/2006).

social dos povos, quanto para a vivência religiosa e as relações ecumênicas. Os primeiros desafios constatamos, por exemplo, pela influência que os credos têm no meio social. Foi isso que fez com que o mapa sócio-cultural da Europa se transformasse após as reformas religiosas do século XVI. No Oriente e no Ocidente, existem nações constitucionalmente fundamentadas em princípios religiosos. No Ocidente, mesmo nas Regiões onde se afirma a separação entre Estado e religião, há nações que se identificam também pela tradição religiosa, na perspectiva cristã: ortodoxa, ou católica, ou protestante ou anglicana.⁷

Isso não é apenas fruto do processo histórico do passado. Decorre do fato que a membresia eclesial e religiosa influencia (embora hoje menos explicitamente que outrora) na configuração de grupos sociais e, não raro, na formação dos Estados. Nesse contexto, os diferentes grupos religiosos desenvolvem tensas relações no meio social. Na América Latina do século XIX, isso foi perceptível com a chegada dos imigrantes protestantes e anglicanos, oriundos da Europa e dos Estados Unidos da América, cuja relação com os católicos era extremamente complexa.⁸ E mesmo entre eles, havia sub-núcleos conforme a tradição luterana, presbiteriana, anglicana, metodista, batista. Atualmente, são os setores pentecostais que mais contribuem para a tensão das relações sociais.

Conseqüentemente, diferentes grupos de migrantes são delimitados em suas fronteiras pelos princípios religiosos, e em muitos aspectos se desenvolvem de forma autônoma, independente e até em mútua concorrência. Ao mesmo tempo que buscam ganhar espaço no meio social, buscam também se afirmar religiosamente. Unidade entre eles até poderá existir no sentido de somar forças frente à igreja/religião hegemônica.⁹ Os conflitos religiosos do nosso tempo o demonstram. Essa tensão é de certo modo amenizada, por um lado, com a distinção de competências entre religião e Estado e, por outro lado, pelo princípio da liberdade religiosa. Mas ela nunca deixou de existir. Mesmo se na ilegalidade, são conhecidas as práticas de preconceito religioso e anti-ecumênicas, tanto no âmbito popular quanto no posicionamento de representantes das autoridades religiosas. Tal é um desafio também para a Igreja católica. Pois tais

⁷ Há, na atualidade, países considerados “secularizados” (como a Inglaterra) nos quais os cargos do alto escalão do governo estão condicionados à profissão de fé.

⁸ No Brasil, verifica-se esse fato com a instalação dos imigrantes alemães de tradição luterana principalmente na região Sul do país, e dos norte-americanos, sobretudo de tradição calvinista e wesleyana, no Sudeste.

⁹ Ironicamente, tal foi uma das primeiras motivações do ecumenismo no Brasil, quando as comunidades protestantes formaram as primeiras entidades de cooperação inter-eclesial na missão: Aliança Evangélica Brasileira (1903), Comissão Brasileira de Cooperação (1920), Confederação Evangélica Brasileira (1934) (WOLFF, Elias. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*, p. 77-89).

problemas “estão presentes sobretudo lá onde os imigrantes não são bem acolhidos nas comunidades católicas. O perigo de tensões e de xenofobia é particularmente agudo lá onde reina um clima de confessionalismo fechado, de confessionalismo exclusivista e de anti-ecumenismo”.¹⁰

Percebe-se, assim, que os conflitos no mundo da mobilidade humana não são apenas de caráter econômico, político ou cultural. São também religiosos. Para muitos estudiosos, isso é um fato ignorado. Mas para a pessoa do imigrante, ele é relevante. E é igualmente relevante para a religião ou igreja a qual ele pertence. As dificuldades sociais, políticas, culturais e econômicas enfrentadas pelo migrante são acrescidas pelas dificuldades de legitimidade e liberdade de expressão da sua fé.

Situa-se aqui a questão do diálogo ecumênico e inter-religioso na relação entre mobilidade humana e fé. Nessa relação acontecem os encontros e os desencontros entre igrejas e religiões. Trata-se, em geral, de uma relação conflitiva, por vezes silenciosa mas influenciadora na vida das pessoas e das sociedades. As vicissitudes sofridas pelos migrantes com relação ao preconceito, à exclusão, à falta de guarida, são também de caráter religioso. Acolher ou fechar as portas ao migrante é acolher ou fechar as portas também ao seu credo. Por isso, no trabalho com os migrantes faz-se mister uma postura ecumênica capaz de orientá-lo nos encontros e desencontros vividos no atual contexto de pluralismo religioso e eclesial.

2 O diálogo ecumênico e inter-religioso na pastoral migratória

Pelo visto acima, conclui-se que o trabalho da Igreja junto aos migrantes, de natureza social e religiosa, possui uma dimensão ecumênica. Note-se, é uma “dimensão” e não “algo a mais”. Pois não existe uma “pastoral ecumênica” na Igreja e nem se faz do ecumenismo um setor ou algo secundário da missão evangelizadora.¹¹ O ecumenismo é uma “perspectiva” ou “dimensão” de toda ação eclesial, o que inclui, obviamente, a pastoral migratória. E o mesmo pode-se dizer do diálogo inter-religioso.

Tal é a conclusão do *V Congresso Mundial da Pastoral para os Migrantes e os Refugiados* (Roma, 17-22 de novembro de 2003), como se verifica nas *Recomendações* do documento conclusivo:

¹⁰ KASPER, Walter. “Ripartire da Cristo...”, Introdução.

¹¹ “Esta unidade, que o Senhor deu à sua Igreja e na qual Ele quer abraçar a todos, não é um elemento acessório, mas situa-se no centro mesmo da sua obra. Nem se reduz a um atributo secundário da Comunidade dos seus discípulos. Pelo contrário, pertence à própria essência desta Comunidade. Deus quer a Igreja, porque Ele quer a unidade, e na unidade exprime-se toda a profundidade da sua *ágape*”. (JOÃO PAULO II. *Ut Unum Sun*, São Paulo: Paulinas, 2005, n. 9. Também, n. 8 e n. 20).

1. A migração pode ser vista como um convite a viver “a comunhão na diversidade”. Por isso se deve reconhecer a importância do diálogo entre culturas e entre religiões.
2. A grande diversidade de origem nos fluxos migratórios colocou o diálogo ecumênico e inter-religioso no centro da pastoral dos migrantes e refugiados, fazendo disso não uma opção, mas uma obrigação inerente à missão da Igreja no mundo da migração.
3. O diálogo multicultural, inter-religioso e ecumênico deve ser levado adiante num contexto de “nova evangelização”.
4. Diálogo e missão são expressões do Ministério da Igreja. *Missio ad gentes* (missão aos povos), *missio ad migrantes* (missão em favor dos migrantes) e *missio migrantium* (missão dos migrantes) devem ser consideradas dimensões interdependentes desta nova Evangelização.¹²

Para tanto, os membros do Congresso afirmam que “A cooperação ecumênica será ampliada e reforçada” no trabalho com os migrantes. E a III parte do documento, *Apelos*, solicita à pastoral dos migrantes: “a) comunicação ecumênica mais profunda; b) diálogo entre culturas e religiões”.

Obviamente, essas *Recomendações* e *Apelos* estão em sintonia com o ensino da Igreja sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso, como veremos a seguir.

2.1 As orientações da Igreja sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso

O Concílio Vaticano II, no Decreto sobre o ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*, considera o engajamento ecumênico dos cristãos como uma “divina vocação e graça” (UR 1). Trata-se de uma missão, um chamado e um dom, que é preciso corresponder com autenticidade e confiança. Dele ninguém está excluído, visto que “a solicitude para instaurar a união se impõe a toda a Igreja, tanto aos fiéis como aos pastores e afeta a cada um em particular, de acordo com sua capacidade” (UR 5). O Decreto apresenta os “princípios católicos” para o ecumenismo (n. 2-4), os elementos da “ação ecumênica” (n. 5-12), e o tipo de relação da Igreja católica com as outras igrejas, com posições diferenciadas entre aquelas do Oriente (n. 14-18) e aquelas do Ocidente (n. 19-23).

¹² CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Partir Novamente de Cristo. Para uma Renovada Pastoral dos Migrantes e Refugiados* (V Congresso Mundial da Pastoral para os Migrantes e os Refugiados. Roma, 17-22 de novembro de 2003), *Documento Final*, Parte II, Introdução.

Igualmente, o *Diretório Ecumênico*,¹³ enfatiza: “Todos os fiéis são chamados a comprometer-se na promoção de uma comunhão crescente com os outros cristãos”.¹⁴ E orienta “a formação dos que se dedicam ao ministério pastoral”,¹⁵ a “formação especializada” de agentes ecumênicos¹⁶ e a “formação permanente” dos ministros da Igreja, através de uma “contínua atualização, tendo em vista que o movimento ecumênico está em evolução”.¹⁷

Na relação com as religiões, as orientações conciliares são dadas principalmente pela Declaração *Nostra aetate – Sobre a Igreja e as Religiões Não-Cristãs* (NA) e pelos documentos do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso. O Concílio demonstra uma significativa abertura para o reconhecimento de uma identidade comum entre todos os povos, afirmando que constituem uma só comunidade e têm Deus como origem e fim comuns (NA 1). As religiões aparecem como caminhos na busca de respostas às indagações acerca da existência humana. E por refletirem “lampejos daquela Verdade que ilumina a todos os homens”, a Igreja Católica “nada rejeita do que há de verdadeiro e santo” nelas (NA 2). Por essa razão, o Concílio enfatiza a necessidade da superação de qualquer discriminação e preconceito, incentivando a busca do diálogo e cooperação entre as religiões em vistas da fraternidade universal (NA 5).

Essas orientações foram confirmadas pelo magistério posterior ao Concílio, sobretudo com Paulo VI na encíclica *Ecclesiam suam* (1964) – primeiro documento a colocar o diálogo no centro da ação evangelizadora da Igreja católica – e na exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (EN) (1975); nos documentos do papa João Paulo II, *Redemptoris Missio* (1990)¹⁸ e a carta encíclica *Ut Unum Sint* (1995); e nos documentos do então Secretariado para os Não Cristãos, *A Igreja e as outras Religiões – Diálogo e Missão* (1984), o atual Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, *Diálogo e Anúncio* (1991).

Compreende-se, portanto, a importância do diálogo ecumênico e inter-religioso na consciência e ação da Igreja. Eles se diferenciam em seus objetivos, conteúdos e métodos. Enquanto o ecumenismo acontece entre os cristãos, buscando a comunhão na fé cristã e na Igreja una e única,

¹³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS (PCPUC). *Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo*, São Paulo: Paulinas, 1994.

¹⁴ PCPUC. *Ibidem*, p. 55.

¹⁵ PCPUC. *Ibidem*, p. 70-86.

¹⁶ PCPUC. *Ibidem*, p. 87-90.

¹⁷ PCPUC. *Ibidem*, p. 91.

¹⁸ “Ele (Deus) não deixa de Se tornar presente de tantos modos, quer aos indivíduos quer aos povos, através das suas riquezas espirituais, das quais a principal e essencial expressão são as religiões” (n. 58).

o diálogo inter-religioso acontece entre as diferentes tradições religiosas da humanidade, visando o conhecimento e enriquecimento mútuos, a convivência pacífica no meio social e a cooperação em projetos que promovam a vida do ser humano e da criação.

O fundamental é constatar que para os católicos a missão ecumênica e o diálogo inter-religioso é uma responsabilidade “de todos”, pois a Igreja pretende que “todos sejam animados pelo espírito ecumênico, seja qual for a sua missão e a sua função particular, no mundo e na sociedade”.¹⁹ O diálogo deve estar inserido no cotidiano da Igreja, considerando a diversidade das pessoas, das funções e das situações. E a Igreja orienta os passos concretos para isso:

1 – a eliminação de palavras, juízos e ações que não correspondam à condição dos membros das diferentes igrejas (UR 4) e religiões (NA 2).

2 – a construção de um diálogo esclarecido (UR 4), com um método que não seja obstáculo para o diálogo (UR 11). É preciso uma teologia e uma ação pastoral “do” e “no” diálogo com as igrejas e religiões, que sem relativizar a verdade eclesial da fé cristã sabe apresentá-la sem tendência exclusivista, o que exige “proceder com amor à verdade, com caridade e humildade” (UR 11), num esforço para “conhecer a mente” dos outros, cristãos ou não, em sua doutrina, história, vida espiritual e cultural.

3 – o engajamento em iniciativas de cooperação ecumênica, sobretudo no campo social (UR 4; NA 5), como testemunho da esperança e vivência da caridade no mundo (UR 12).

4 – rezar juntos, onde possível (UR 4), num processo de conversão e santidade de vida, tornando a oração “a alma de todo o movimento ecumênico” (UR 8; UUS 21).

Esses passos serão dados na medida em que acontecer “A própria conversão interior do coração (como) condição essencial de toda a autêntica procura da unidade” (UUS 26). Assim, haverá condições para reconhecer que em outros ambientes religiosos existem também bens espirituais que formam um “patrimônio comum” (UR 4; NA 4). E esses bens, frutos da presença do Espírito Santo fora das instituições do catolicismo, também podem contribuir para a perfeição dos cristãos católicos romanos, ajudando para que mais perfeitamente se compreenda o mistério de Cristo e da Igreja (UR 4).

2.2 O diálogo na ação dos agentes de pastoral

As orientações da Igreja sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso devem ter incidência concreta no cotidiano dos agentes de pastoral,

¹⁹ PCPUC. *op.cit.*, p. 58.

desenvolvendo neles uma “consciência” e “atitudes” ecumênicas: “O ecumenismo deve estar plenamente integrado na formação teológica das pessoas engajadas no ministério pastoral com o fim de ajudá-las a conseguir uma atitude autenticamente ecumênica”.²⁰ E a Igreja enfatiza sobre a relação com as religiões que

Nas Igrejas particulares, se deverá garantir aos fiéis e aos próprios agentes de pastoral, uma sólida formação e informação sobre as outras religiões, para vencer preconceitos, para superar o relativismo religioso e para evitar fechamentos e medos injustificados, que impedem o diálogo e levantam barreiras, provocando também violência ou incompreensões.²¹

Daqui a abertura para que o agir pastoral da Igreja católica estabeleça relações com as outras igrejas e religiões, compreendendo que também o que os ministros destas fazem expressa alguma relação com o Transcendente (NA 1). Não se pode duvidar dessa possibilidade. Em última instância, é o Espírito quem “age na profundidade da consciência e acompanha o caminho secreto dos corações em direção à Verdade” (DA 24; GS 22). Isso é base para compreender que nas relações entre os ministros religiosos, “o acerto mútuo, a correção recíproca, a permuta fraterna dos respectivos dons favorece uma maturidade cada vez maior, que gera a comunhão interpessoal. As próprias experiências e divisões religiosas podem ser purificadas e enriquecidas neste processo de confronto”.²²

Assim, há que haver uma postura de diálogo no agir pastoral, decorrente da consciência de que num mesmo espaço de ação há outros modos, igualmente simbólicos e mediadores – sacramentais – de conduzir a relação das pessoas com o Transcendente. Isso significa que o agir pastoral dos ministros da Igreja é construído pela relação com outros modos de agir religiosamente.

Daqui a necessidade de desenvolver a consciência ecumênica também na pastoral migratória. Nessa consciência, fica claro que mesmo se não houver comunhão nos modos de agir entre os ministros das igrejas/religiões que atuam junto aos migrantes, pode haver ao menos em uma finalidade: ajudar o migrante em sua busca de realização e amparar religiosamente essa busca. Isso implica em dois grandes desafios: 1) reconhecer o valor da ação de ministros de outras igrejas e religiões que possuem essa finalidade no trabalho junto aos migrantes; 2) tolerância para que tal finalidade se expresse de diferentes formas, em conformidade com as peculiaridades das igrejas e religiões.

²⁰ PCPUC. *A Formação Ecumênica dos que Trabalham no Ministério Pastoral*, 1998, p. 40.

²¹ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Instrução Erga migrantes caritas Christi*, (Erga migrantes), n. 69, 2004.

²² PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO. *Diálogo e Anúncio*, p. 21.

Desse modo, entre os ministros das igrejas e religiões é possível o diálogo e o respeito mútuo, que garantem o convívio entre todos os que vivem no mesmo espaço social. A ação dos ministros religiosos não pode ser causa de divisão entre as pessoas, mas comunhão nas riquezas e necessidades das tradições eclesiais e religiosas. E mesmo que isso não leve à partilha dos programas religiosos, pode possibilitar a cooperação nos programas sociais.

A formação para o ecumenismo é determinante para que isso aconteça na pastoral migratória, principalmente para quem atua nos centros de acolhida dos migrantes, sejam eles mantidos pelo poder público, pelas ONGs, pelas dioceses ou congregações religiosas. Todo centro migratório é, de algum modo, um espaço ecumênico. Não apenas porque acolhe migrantes de diferentes igrejas/religiões, mas porque se preocupa por desenvolver o respeito e a relação ecumênica e inter-religiosa. Para tanto, deveria possibilitar a presença e atuação de lideranças de diferentes tradições de fé. Claro, o centro pode orientar o migrante sobre o endereço da sua própria comunidade de fé. Mas pode também desenvolver a prática de celebrações ecumênicas que possibilitem o seu cultivo espiritual. Tudo depende da sensibilidade ecumênica na formação de quem trabalha com as migrações.

2.3 Dimensões do diálogo na pastoral migratória

Como visto acima, o ecumenismo é elemento integrante de toda ação pastoral da Igreja. É redundância afirmar que isso vale também para a pastoral migratória. O ponto de partida é a constatação de que “nos encontramos de frente a um pluralismo cultural e religioso talvez jamais experimentado assim conscientemente como agora”.²³ E nesse contexto, “Aqui não basta a tolerância, é necessário simpatia e respeito”.²⁴ Assim, o trabalho com as migrações é um trabalho de acolhida, de diálogo, de comunhão: “não é possível evangelizar sem entrar em profundo diálogo”.²⁵ Tal é uma exigência do próprio evangelho, na perspectiva da inculturação do *kerigma*, de modo que o diálogo não é apenas uma estratégia ou método da evangelização, mas também seu conteúdo.

O diálogo na pastoral migratória explicita-se em três principais horizontes:

²³ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *op.cit.*, n. 35.

²⁴ *Ibidem*, n. 36.

²⁵ *Ibidem*, n. 36.

a) *Diálogo intercultural*: o diálogo com as culturas é fundamental para a acolhida e o respeito da pessoa do migrante. Ele é sua cultura, e se esta lhe for negada, o migrante perde os referenciais que lhe configuram a identidade. A dinâmica global da situação cultural hoje faz com que valores e modelos de vida diferenciados se encontrem, o que apresenta desafios para a inculturação da fé. Dentre esses desafios, está a necessidade de discernir os valores e os contra-valores através da escuta e do conhecimento das diferentes culturas. Isso fará com que as diversas identidades culturais possam abrir-se a uma lógica universal, não desprezando as suas próprias características positivas, mas colocando-as a serviço de toda a humanidade.²⁶ A pastoral migratória tem uma importante função para isso, possibilitando o encontro das diferentes culturas ao mesmo tempo em que apresenta a Igreja e o evangelho numa perspectiva de convivência, inclusão e comunhão das diferenças. Somente assim “a Igreja vence as barreiras e as divisões ideológicas ou raciais e a todos os homens e culturas proclama a necessidade de buscar a verdade, numa perspectiva de justo confronto, de diálogo e de acolhida recíproca”.²⁷

b) *Diálogo ecumênico*: a Igreja católica reconhece dificuldades e também ricas possibilidades apresentadas pelo atual contexto do pluralismo eclesial. Como afirmamos acima, o encontro entre pessoas pode significar também encontro de credos e instituições religiosas diferentes. Aqui, é importante reconhecer que os imigrantes cristãos de outras igrejas oferecem “às Igrejas particulares novas possibilidades de viver a fraternidade ecumênica, no concreto da vida cotidiana, de realizar ... uma maior compreensão recíproca entre Igrejas e Comunidades eclesiais”.²⁸ Desenvolve-se, assim, o espírito da caridade evangélica e da cooperação ecumênica entre os cristãos e suas igrejas, como no caso de os ministros de uma determinada igreja não possuir o necessário para o desenvolvimento de suas atividades.²⁹

c) *Diálogo inter-religioso*: o diálogo é uma exigência na ação junto aos migrantes membros de outras religiões. Tal é o modo como se desenvolvem a promoção humana e o testemunho da caridade, elementos profundamente evangelizadores. A ação da Igreja junto aos migrantes

²⁶ *Ibidem*, n. 34.

²⁷ *Ibidem*, n. 56.

²⁸ *Ibidem*, n. 56.

²⁹ “Se sacerdotes, ministros ou comunidades que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica, não têm lugar, nem os objetos litúrgicos necessários para celebrar dignamente as suas cerimônias religiosas, o Bispo diocesano pode permitir o uso de uma Igreja ou de um edifício católico, e também emprestar a eles os objetos necessários para o seu culto. Em circunstâncias análogas se pode consentir-lhes fazerem os seus funerais ou as suas cerimônias nos cemitérios católicos” (PCPUC. *op.cit.*, p. 137; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *op.cit.*, p. 56).

das outras religiões oferece-lhes duas principais contribuições: para que “conservem a dimensão transcendental da vida”.³⁰ e para que possam melhor “inserir-se no contexto social e cultural do país que os recebe”.³¹ Claro, contribui também para que conheçam o evangelho e a fé cristã. Mas tal não deveria ser a primeira motivação da pastoral migratória junto aos membros das outras religiões. O que inicialmente se explicita é o testemunho da caridade e a promoção humana. Quando isso acontece, certamente há uma apresentação implícita da verdade cristã. E sempre que houver explicitação dessa verdade, é necessário agir com a prudência e a sensibilidade necessárias para não ferir as convicções do migrante e nem ferir o princípio da liberdade religiosa.

Desse modo, a Igreja espera que a pastoral migratória contribua para a realização dos objetivos do diálogo ecumênico e inter-religioso. O diálogo não busca apenas pontos comuns entre as igrejas e as religiões em vista da promoção da paz. Busca também “recuperar as dimensões comuns dentro das próprias comunidades”,³² como a oração, o jejum, a vocação fundamental do ser humano, a abertura ao Transcendente, a adoração a Deus, a solidariedade entre os povos.

O princípio da reciprocidade é fundamental para isso. Tal reciprocidade não diz respeito apenas a questões de justiça e/ou jurídico-religiosas:

A reciprocidade é uma atitude do coração e do espírito, que nos torna capazes de vivermos juntos, e em toda parte, com igualdade de direitos e deveres. Uma sã reciprocidade impulsiona cada um a tornar-se ‘advogado’ dos direitos das minorias, onde a própria comunidade religiosa é majoritária. Deve-se pensar, neste caso, também aos numerosos migrantes cristãos em países de maioria não-cristã, como população, onde o direito à liberdade religiosa é fortemente restrito ou menosprezado.³³

³⁰ *Ibidem*, n. 59.

³¹ *Ibidem*, n. 60.

³² *Ibidem*, n. 69.

³³ *Ibidem*, n. 64. Uma observação crítica que pode ser feita às citações do *Erga migrantes*, é que o documento tende a usar o diálogo como “estratégia” para algum fim. E esse fim poderia ser cristianizar as culturas, apresentar a Igreja católica aos membros das outras igrejas, e a mostrar a verdade cristã aos membros das outras religiões. Claro que isso é legítimo na ação da Igreja, até mesmo porque toda ação eclesial é entendida como evangelização. Mas se realmente essa for a finalidade “primeira” do diálogo, este está fadado ao fracasso. E a pastoral migratória não conseguirá trabalhar com os membros das outras igrejas e religiões. Por isso, *Erga migrantes* deverá ser entendido e aplicado no contexto do Concílio Vaticano II, onde se encontram as intuições ecumênicas fundamentais para a Igreja, em sua identidade e missão.

3 A cooperação ecumênica na ação junto aos migrantes

3.1 A sociedade como espaço ecumênico

Um importante fator na consciência do trabalho com as migrações é que ele está em conexão íntima com o progresso humano e a justiça social. O compromisso social, inspirado pela fé, não é pré-evangelização, mas lhe é “elemento constitutivo”, como busca da libertação integral, a salvação plena e total da humanidade.³⁴ Supera-se, assim, na pastoral migratória tanto o risco da dicotomia entre evangelização e ação social, quanto aquele da politização da fé com o conseqüente esvaziamento da mística.

Como o trabalho com os migrantes favorece a promoção do ser humano e sua integração no meio social independentemente do seu credo, a sociedade torna-se um espaço verdadeiramente ecumênico. Ali encontram-se os cristãos de diferentes igrejas e os membros das diferentes religiões, realizando aprendizagens, abrindo caminhos de diálogo, e assumindo compromissos cujo sentido, legitimação e pertinência constituem a esperança e a vontade – evangélicas – da comunhão. Os esforços pelo diálogo vinculam-se com os esforços de promoção da vida. Nesse contexto, o ecumenismo supera o âmbito cristão e religioso, e tem a ver com cinco aspectos da vida humana: o “espaço” onde ela se realiza; a “cultura”, ou seja, o modo como as pessoas se vinculam à sua realidade espacial, pela linguagem, pela arte, pelas tradições etc; a “política”, por instituições e estruturas que condicionam o uso do espaço social e as manifestações culturais; a “economia” como a administração, o cuidado e o uso do espaço; e a “religião”, como a dimensão do ecumenismo que integra as outras dimensões, propondo a unidade de toda a sociedade e das pessoas na comunidade que se compreende como povo de Deus.

Isso permite afirmar que a ação ecumênica inserida na ação junto aos migrantes, é um serviço a toda a humanidade. O ecumenismo acontece pela inserção dos crentes no compromisso da promoção humana. Esse compromisso determina tanto a agenda ecumênica quanto a agenda da pastoral migratória.

Portanto, “diálogo ecumênico”, “diálogo inter-religioso” e “promoção humana”, são complementares na ação junto aos migrantes.

³⁴ PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*, n. 31-35. “Entre evangelização e promoção humana – desenvolvimento, libertação – existem de fato laços profundos: laços de ordem antropológica [...] de ordem teológica, porque não se pode nunca dissociar o plano da Criação do plano da redenção um e outro a abrangerem as situações bem concretas da injustiça que há de ser combatida e da justiça a ser restaurada; laços daquela ordem eminentemente evangélica, qual é a ordem da caridade” (*Idem*, n. 31).

O trabalho com os migrantes é promoção humana e busca da comunhão, simultaneamente, visando a *koinonia* do Reino. E a pastoral migratória torna-se um modo eficaz de colaborar com a superação dos desafios nas relações entre as igrejas/religiões. Uma igreja ou religião precisa convencer-se de que não mais precisa fazer sozinha aquilo que a consciência religiosa não lhe impede de fazer junto com outras igrejas/religiões.

3.2 As orientações sobre a cooperação ecumênica

Creemos importante nos determos aqui especificamente sobre o ecumenismo. Da análise dos documentos eclesiais sobre a cooperação ecumênica, pode-se concluir que as igrejas comungam em muitos elementos, como: na compreensão da necessidade da cooperação frente aos desafios que exigem a concentração de esforços; no fundamento teológico da cooperação como testemunho público da unidade na fé; nos princípios que orientam seus fiéis no engajamento nas iniciativas de cooperação ecumênica; na cooperação como afirmação de um projeto comunitário que se contraponha à injustiça social que produz a realidade da divisão. A comunhão nesses elementos possibilitará ao ecumenismo deixar de ser apenas uma “alternativa” ou algo setorial às igrejas, para ser uma realidade que envolva todo o ser e agir eclesial. E a pastoral migratória muito tem a ganhar com isso.

A possibilidade da cooperação ecumênica no trabalho junto aos migrantes depende, além do já acenado, das orientações que as igrejas possuem sobre o ecumenismo, o que em algumas são princípios muito bem definidos, enquanto em outras são orientações genéricas. O fundamental é que em todas as igrejas, cresça a consciência de que os grandes problemas mundiais, particularmente os relacionados com a justiça, a paz e a integridade da criação, precisam ser enfrentados em conjunto.

Como dito, o critério da reciprocidade é fundamental na cooperação ecumênica. Ao mesmo tempo em que uma igreja transmite à outra os seus valores, preocupações e esperanças, deve estar também aberta para discutir e dialogar sobre os desafios que a prática pastoral lhe apresenta, desenvolvendo, assim, o diálogo ecumênico. A cooperação ecumênica consiste num simultâneo dar e receber, jamais é via de mão única.

Na razão teológica da cooperação ecumênica está “o fundamento do batismo e o patrimônio de fé que nos é comum”.³⁵ Trata-se do testemunho público da fé, um modo privilegiado para que “Todos os cristãos professem perante o mundo inteiro a fé no Deus Uno e Trino, no Filho de Deus

³⁵ *Ibidem*, n. 77.

encarnado, nosso Redentor e Salvador [...] Dêem testemunho da nossa esperança que não confunde” (UR 12). Assim, a cooperação ecumênica busca mostrar o amor que une os cristãos, o amor de Cristo, que chama ao serviço de uns para com os outros, viver a comunhão fundamentada na fé no mesmo Senhor, compartilhando dons e experiências. Juntos, os cristãos receberam a incumbência de testemunhar o Evangelho e de socorrer as pessoas em suas necessidades.³⁶ Acontece, desse modo, o crescimento da fé de todo o corpo cristão, para a edificação da única Igreja de Jesus Cristo: “Ao contribuirmos para o enriquecimento espiritual das outras Igrejas, compartilhando com elas nossos dons e nossa tradição ... temos sido também enriquecidos pelas experiências delas”.³⁷

3.3 Exigências da cooperação ecumênica

Para tanto, faz-se necessário a superação de alguns desafios para as igrejas:

1) *No nível interno* – Urge ampliar os horizontes teológicos e metodológicos da evangelização. Isso é condição para o reconhecimento da possibilidade de que o anúncio do Evangelho aconteça também através de outras tradições eclesiais: “É preciso cuidar, portanto, que a Evangelização de uma Igreja não impeça a Evangelização das outras”.³⁸ Afinal, é o “mesmo” Cristo que precisa ser anunciado.

2) *No nível externo* – Os desafios estão, de um lado, na sociedade individualista e materialista, que dificulta aos migrantes um espaço de acolhida, integração e comunhão. De outro lado, nas orientações religiosas que desconsideram a dimensão social do seu credo. Assim, os termos “cooperação”, “diálogo” e “comunhão” não têm o mesmo significado para todos. Nesse contexto, para ser convincente e eficaz a ação junto com os migrantes necessita da união de forças, o que exige uma disposição real de engajamento no processo de diálogo e de cooperação ecumênica. A solidariedade é o caminho desejado por Jesus aos seus discípulos e discípulas.

No âmbito cristão, para que isso aconteça, é preciso verificar junto às diferentes igrejas quais são aquelas que sintonizam na preocupação para com os migrantes, e se é possível estabelecer um programa de ação

³⁶ CONSELHO DIRETOR DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DO BRASIL – IECLB. “Parceria entre comunidades ou órgãos eclesiais – Critérios”, n. 1.1; 1.3, in *BI 105* (1988), anexo 3; CPPUC. *Directorio Ecumênico*, n. 164.

³⁷ COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA. *Carta Pastoral sobre Ecumenismo*, Cedro, 1999, p. 84.

³⁸ SÍNODO DOS BISPOS. “A Evangelização no mundo de hoje – Instrumento de Trabalho, n. 11”, in *SEDOC 7* (1974-75) p. 355.

comum em um bairro, uma cidade, uma região ou país.³⁹ Alguns critérios podem ser úteis na verificação dessa possibilidade:

a) a *convergência na leitura teológica das migrações* – embora as igrejas apresentem diferentes modos de compreender e de agir na sociedade, é possível verificar também horizontes comuns. A realidade social das migrações é por muitas compreendida como contrária à fé cristã e ao Evangelho da fraternidade e da comunhão. Suas causas injustas são uma tríplice negação: “de Deus”, como comunhão em sua natureza mais íntima; “do ser humano”, chamado à comunhão, como imagem e semelhança de Deus; e “da Igreja”, que também tem natureza de comunhão. Portanto, quando a migração é injustamente forçada, contradiz a fé cristã, por ser ancorada na injustiça que cria e perpetua a divisão entre pessoas e povos. Assim, o sofrimento dos migrantes não é casual, mas fruto de situações e estruturas injustas. Desse modo, a realidade das migrações aparecem como um desafio comum às igrejas em duas principais direções: na compreensão das suas causas e conseqüências; e na tomada de posições comuns frente às questões que os migrantes apresentam.⁴⁰

Esse desafio será enfrentado na medida em que as igrejas perceberem, juntas, que o pecado que se expressa na prática da injustiça para com os migrantes exige que se desenvolva uma sensibilidade pastoral comum que possa ajudá-las no discernimento das suas causas tanto éticas quanto político-econômico-sociais. Isso implica em compreender que “a solidariedade com todos os seres humanos é, para os cristãos de hoje [...] uma exigência igualmente irrenunciável, intrínseca à própria fé no Deus, Pai de todos”.⁴¹

³⁹ O tema da cooperação ecumênica já apresentou o valor da parceria entre as igrejas no trabalho com os migrantes. Desde a Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) em Harare (1998), a cooperação entre o CMI e a Cáritas Internacional, a Comissão Internacional Católica para a Migração (CICM) e o Serviço Jesuíta para os Refugiados (SJR), desenvolve-se um trabalho conjunto. A CICM e o SJR possuem representantes em Genebra e o pessoal do CMI trabalha em estreito contato com eles em várias iniciativas de sensibilização. Esta cooperação tem expressão, sobretudo, pela participação em redes de ONGs, particularmente no Conselho Internacional de Organizações Voluntárias. Além disso, realizam-se consultas mútuas, se compartilham informações procedentes das respectivas redes e se discutem as prioridades comuns. Representantes do CMI, das Igrejas anglicanas e ortodoxas participaram também do V Congresso Mundial da Pastoral dos Emigrantes e Refugiados (Roma, 17-22 de novembro de 2003) (Oitavo relatório do *Grupo Misto de Trabalho da Igreja Católica Romana e do Conselho Mundial de Igrejas* – Genebra-Roma, 2005, p. 26).

⁴⁰ No Brasil, o esforço por uma comum compreensão da realidade social, a causa dos problemas e encaminhamento de soluções, pode ser verificado nas Igrejas membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC. Ver, sobretudo, CONIC. *Mensagens e Declarações para os Nossos Dias*, v. I e II (Sinodal/CONIC. 1991 e 1992, respectivamente); *Campanha da Fraternidade Ecumênica*, São Paulo: Salesianas, 2000 e 2005.

⁴¹ BRAGHETO, J.D. “A solidariedade nas práticas de libertação da América Latina”, in *Tempo e Presença*, 222 (1987) p. 33-34.

b) Uma tomada de posição comum

Da sintonia na leitura da realidade social dos migrantes, pode surgir nas igrejas a consciência da necessidade de posições concretas. As igrejas compreendem que as diferenças entre elas não deve prejudicar o testemunho da unidade e da solidariedade:

Diante da realidade de pobreza e miséria vivida pela maioria da nossa gente, as Igrejas cristãs, independentemente de suas tradições confessionais, são chamadas ao testemunho profético, corajoso e aberto, na luta por justiça social e direitos humanos fundamentais do povo brasileiro. Tudo que fizermos aos necessitados e oprimidos, Jesus quer recebê-lo como feito a Ele mesmo (Mt 25,40.45). Com alegria precisamos que precisamente nessa tarefa do amor se revigora – na fé, na teologia e na vivência – a vitalidade de nossas comunidades cristãs e do povo de Deus.⁴²

Assim, as igrejas anunciam o amor do Pai, um amor que não exclui ninguém. E se perguntam: “Quem vai acreditar nesse anúncio se produzirmos disputas internas e não nos unirmos para construir um mundo mais justo, fraterno e de paz?”⁴³ De fato, essa é uma convicção de todo o movimento ecumênico: “Na proclamação ao mundo da reconciliação em Jesus Cristo, as Igrejas são chamadas a se unir [...] na defesa de posições comuns”.⁴⁴

Essa tomada de posição acontece em três direções: 1) *No sentido confessional*: cada igreja emana orientações aos próprios eclesianos, tomando posição frente às situações sociais de sofrimento, impelidas pelas exigências da missão: “O imperativo que impõe à Igreja a obrigação de fazer pronunciamentos sobre questões sociais [...] deriva de sua vocação profética de proclamadora e testemunha do Reino e de sua submissão e fidelidade à Palavra de Deus”.⁴⁵ 2) *No sentido inter-confessional*: realiza-se o exercício da ecumenicidade na visão da sociedade e iniciativas de cooperação, organizadas pelas igrejas e pelos organismos ecumênicos. 3) *No sentido social*: essa tomada de posição conduz as igrejas à solidariedade concreta para com os que se encontram empenhados numa prática de transformação da ordem social.

⁴² “Saudação da direção do CONIC à Sua Santidade o Papa João Paulo II” (Porto Alegre, 04/07/80), *Arquivo da CNBB*. O mesmo compromisso foi reafirmado pela ocasião da segunda visita do papa João Paulo II ao Brasil, no segundo encontro ecumênico com os dirigentes das confissões filiadas ao CONIC, realizado em Florianópolis, no dia 18 de outubro de 1991: “Nós estamos lado a lado na solidariedade com aquelas pessoas que vivem marginalizadas e com as quais buscamos os caminhos para uma vida mais digna” (CONIC, “Saudação do Pastor Presidente da IECLB, PISKE, M. ao papa João Paulo II”, in *CNBB, CM*, n. 455 [1991] p. 1722).

⁴³ CONIC. *Campanha da Fraternidade Ecumênica*, São Paulo: Salesianas, 2000, p. 17.

⁴⁴ CMI. *Missão e Evangelização – Uma afirmação ecumênica*, CEDI, 1983, p. 22.

⁴⁵ IGREJA PRESBITERIANA UNIDA – IPU. “Pronunciamento Social”, n. 1, in *Diretório da IPU* (1982), p. 7.

Percebe-se que a aproximação das igrejas nos modos de compreender a sua presença evangelizadora junto aos migrantes acontece em estreita vinculação com a promoção da justiça social. A razão teológica está na convicção de que o anúncio do Reino de Jesus Cristo exige a construção também de uma nova ordem social.⁴⁶ Não teria sentido agir no mundo se o mundo não fosse o lugar onde Deus quer comunicar uma nova realidade, a Boa Nova do Evangelho, criando novas situações de vida que inauguram, já aqui, o Reino escatológico. A dimensão ecumênica da evangelização leva as igrejas a compreenderem que o mundo é de Deus e é cenário da Sua ação salvífica e redentora. E as igrejas são instrumentos da ação divina. Não podem, portanto, ser coniventes com as situações que criam dificuldades para que a graça seja acolhida e produza frutos.

4 O projeto do migrante como projeto ecumênico

O migrante aspira encontrar um lugar onde possa realizar sua aspiração por vida, por segurança, por “algo mais”... E projeta essa aspiração na região ou país que busca. “Cada um tem a sua razão para emigrar, com esperanças, aspirações e medos”.⁴⁷ No horizonte maior de seus anseios está a expectativa de um espaço social que o acolha, o inclua, o reconheça em sua dignidade. Sublinha, assim, a necessidade de tolerância pelas diferenças que se cruzam no mundo da mobilidade humana.

Isso tem implicações para as sociedades, igrejas e religiões. Para as sociedades, implica na capacidade de “ampliar o horizonte cultural” para compreender e acolher o migrante em seu modo de ser, sem considerá-lo como um intruso, e menos ainda como um inimigo. Trata-se de se criar uma “cultura da acolhida”. Implica numa “abertura da legislação”: o migrante não quer ser estrangeiro, mas cidadão, com direitos e deveres iguais aos demais. O seu projeto rompe fronteiras geográficas e políticas, de modo que sua presença afirma que a cidadania deve ser entendida de forma universal. As pessoas são, antes de mais nada, cidadãos do mundo. Implica numa “revisão e redimensionamento das estruturas sociais”: as pessoas, na sua maioria absoluta, não migram espontaneamente, mas são movidas por circunstâncias adversas na localidade de origem. Assim, a realidade das migrações questiona as estruturas sociais na sua capacidade de oferecer a todos os cidadãos iguais condições de sobrevivência. Implica, por fim, numa “reprojeção econômica”,

⁴⁶ IULLIANELLI, J.S. “Para além do sacrifício: passos numa utopia ecumênica”, in MATEUS, O.P. *Teologia no Brasil – Teoria e prática*, São Paulo: ASTE, 1985, p. 31-40.

⁴⁷ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Partir Novamente de Cristo*. Para uma Renovada Pastoral dos Migrantes e Refugiados (V Congresso Mundial da Pastoral para os Migrantes e os Refugiados – Roma, 17-22 de novembro de 2003), *Documento Final*, Parte II, Introdução.

compreendendo o migrante como um potencial de riqueza para a região/país que o recebe, e não como um peso econômico.

Para as igrejas e religiões, as migrações apresentam quatro principais desafios: que sejam capazes de ajudar a pessoa do migrante em seu processo de integração no meio social; que reconheçam o princípio da liberdade religiosa como um modo privilegiado de acolher o migrante e de valorizá-lo em seu modo de ser; que desenvolvam um método de acompanhamento espiritual capaz de fortalecer as esperanças de quem migra; que sejam capazes de cooperar em projetos comuns – ecumênicos – a favor dos migrantes.

O fato é que com essas implicações a mobilidade humana exige que as sociedades, as igrejas e as religiões desenvolvam a capacidade de abertura, acolhida, diálogo, convivência e cooperação entre os diferentes modos de ser sócio-religioso. Não mais é possível organizar a vida social num modelo etnocêntrico. E não mais é possível a um determinado credo ter a pretensão de exclusividade no espaço social. Num mundo que vive o paradoxo de uma “aldeia global” e, simultaneamente, o “individualismo” o desafio da alteridade – religiosa e cultural – tornou-se uma prioridade absoluta. A pessoa que migra tem em sua bagagem a nota da diversidade como sua característica específica, e exige que essa nota esteja presente também no ambiente sócio-religioso. Seu projeto é ecumênico, exigindo que assim sejam também as sociedades, as igrejas e as religiões.

O reconhecimento desse desafio leva a concluir que

Através do encontro e do intercâmbio com as culturas e os costumes religiosos dos migrantes, as nossas comunidades católicas perdem o seu caráter freqüentemente muito nacional, étnico ou limitado à pertença social e tornam-se mais católicas. Os migrantes não recebem apenas, mas também têm muito a oferecer.⁴⁸

A pastoral migratória é convidada a, sem incorrer em relativismo ou indiferentismo em relação aos próprios valores religiosos, favorecer a expressão da fé do migrante no encontro enriquecedor com a fé dos outros:

os cristãos devem ser promotores de uma autêntica “cultura da acolhida” (cfr. *EEu* 101 e 103), sabendo apreciar os valores verdadeiramente humanos dos outros, acima de todas as dificuldades que comporta a convivência com quem é diferente de nós (cfr. *EEu* 8, 85 e 112 e *PaG* 65).⁴⁹

Logo, pela pessoa do migrante pode acontecer também o encontro entre Igrejas e religiões. O serviço que a Igreja oferece ao migrante pode também resultar no encontro de comunidades religiosas que – nas diferenças

⁴⁸ WALTER Kasper. “Ripartire da Cristo...”, Parte IV.

⁴⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO DA PASTORAL PARA OS MIGRANTES E OS ITINERANTES. *op.cit.*, n. 39.

em suas doutrinas, espiritualidades, estruturas – podem se aproximar por práticas de cooperação ecumênica em atividades específicas.

Para isso, cabe particularmente aos católicos, compreenderem que

As migrações constituem portanto um evento que atinge também a dimensão religiosa do homem, e oferecem aos migrantes católicos a oportunidade privilegiada, embora freqüentemente dolorosa, de alcançar um maior sentido de pertença à Igreja universal, para além de cada particularidade.⁵⁰

Tal é a base para a compreensão da ecumenicidade do projeto do migrante. Podemos aqui recuperar o universo semântico original e amplo do termo *oikoumene* – “terra habitada por todos”. O migrante entende que o mundo é “pátria de todos”. Essa é a dimensão ecumênica do seu projeto, o que faz dele um construtor da comunidade mundial onde convivem povos, culturas, religiões, igrejas. É possível ler isso na afirmação do bispo João Batista Scalabrini, se a compreendermos para além do sentido sócio-econômico: “a migração alarga o conceito de pátria para além das fronteiras geográficas e políticas, fazendo do mundo a pátria de todos”.

Conclusão

A realidade da mobilidade humana está estreitamente vinculada com a realidade do mundo atual, marcado pelo multiculturalismo e o pluralismo religioso como fenômenos crescentes e, talvez, irreversíveis. Universos culturais e religiosos diferentes encontram-se e interagem reciprocamente. Apesar das tensões que daí surgem, sobretudo devido à exigência da identidade e especificidade, há necessidade e possibilidades de diálogo, de convivência pacífica, de cooperação. Não mais cabe a questão se devemos aceitar o pluralismo cultural e religioso. Urge perguntar como lidar com ele. A presença do outro, numa ótica intercultural e ecumênica, pode gerar diálogo e enriquecimento recíproco, superando a ótica etnocêntrica e anti-ecumênica que gera preconceitos e conflitos. O fundamental é

possuir aquele espírito de caridade apostólica que, por uma parte, respeita as consciências dos outros e reconhece os bens ali existentes, mas que aguarda também o momento para tornar-se instrumento de um encontro mais profundo entre Cristo e o irmão.⁵¹

⁵⁰ *Ibidem*, n. 39.

⁵¹ *Ibidem*, n. 56.

Bibliografia

- BRAGHETO, J.D. "A solidariedade nas práticas de libertação da América Latina", in *Tempo e Presença*, 222 (1987) p. 33-34.
- COLÉGIO EPISCOPAL DA IGREJA METODISTA. *Carta Pastoral sobre Ecumenismo*, Cedro, 1999.
- CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. *Missão e Evangelização – Uma afirmação ecumênica*, CEDI, 1983.
- CONIC. *Mensagens e Declarações para os Nossos Dias*, v. I e II, Sinodal/CONIC, 1991 e 1992, respectivamente;
- _____. *Campanha da Fraternidade 2000 Ecumênica – Dignidade Humana e Paz*, São Paulo: Salesianas, 2000.
- _____. *Campanha da Fraternidade 2005 Ecumênica – Felizes os que promovem a paz*, São Paulo: Salesianas, 2005.
- _____. "Saudação da direção do CONIC à Sua Santidade o Papa João Paulo II", (Porto Alegre, 04/07/80), *Arquivo da CNBB*.
- _____. "Saudação do Pastor Presidente da IECLB, M. Piske, ao papa João Paulo II", in *CNBB, Comunicado Mensal*, n. 455 [1991] 1722.
- CONSELHO DIRETOR DA IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DO BRASIL – IECLB. "Parceria entre comunidades ou órgãos eclesiásticos – Critérios", n. 1.1; 1.3, in *BI 105* (1988), anexo 3.
- GRUPO MISTO DE TRABALHO DA IGREJA CATÓLICA ROMANA E DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. "Oitavo Relatório", Genebra-Roma, 2005.
- IGREJA PRESBITERIANA UNIDA – IPU. "Pronunciamento Social", n. 1, in *Directório da IPU*, 1982.
- LULLIANELLI, J.S. "Para além do sacrifício: passos numa utopia ecumênica", in MATEUS, O. P. *Teologia no Brasil – Teoria e prática*, São Paulo: ASTE, 1985, p. 31-40.
- JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*, São Paulo: Paulinas, 1990.
- KASPER, Walter. "Ripartire da Cristo. Orientamenti ecumenici per la Pastorale dei Migrante e dei Profughi". (Discurso proferido no V Congresso Mundial da Pastoral para os Migrantes e os Refugiados – Roma, 17-22 de novembro de 2003).
- MARINUCCI, Roberto e MILESI, Rosita. "Migrações Internacionais Contemporâneas", Disponível em: http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505b.htm. Acesso em: 10/10/2006.
- PIZARRO, Gabriela Rodríguez. "Estado de las migraciones en el mundo", Disponible en: <http://www.csem.org.br/docs/Gabriela%20RodriguezII%FORO%MUNDIAL.doc>. Acesso en: 07/03/2007.
- PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL DOS MIGRANTES E ITINERANTES. *Instrução Erga migrantes caritas Christi*, 2004.
- _____. *Partir Novamente de Cristo. Para uma Renovada Pastoral dos Migrantes e Refugiados* (V Congresso Mundial da Pastoral para os Migrantes e os Refugiados – Roma, 17-22 de novembro de 2003). Documento Final.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. "Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo", São Paulo: Paulinas, 1994.

_____. *A Formação Ecumênica dos que Trabalham no Ministério Pastoral*, São Paulo: Paulinas, 1998.

SÍNODO DOS BISPOS. "A Evangelização no mundo de hoje – Documento de trabalho", in *SEDOC 7* (1974-75) p. 353-366.

WOLFF, Elias. *Caminhos do Ecumenismo no Brasil*, São Paulo: Paulus, 2002.